



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10.576/2020

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR GLOBAL POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA LABORATÓRIO para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses.

LAUDO TÉCNICO

Após análise do recurso apresentado pela empresa PROMOVENDO, e nas contrarrazões apresentadas pela empresa DIAGPRIME, restou a necessidade de confirmação das alegações feitas pela PROMOVENDO portanto, fez-se necessária a consulta juntamente ao fabricante do material ofertado (Erba), o qual nos apresentou documento comprobatório (em anexo) indicando que, as tiras Phan de sua fabricação, ofertadas pela DIAGPRIME, sua DISTRIBUIDORA EXCLUSIVA, de fato, possuem proteção de toda a tira para interferência de Ácido Ascórbico, através da sua tecnologia de degradação enzimática do ácido ascórbico, tornando-se desnecessário a área, pois o Ácido Ascórbico não irá interferir no resultado do exame, tendo assim a segurança de resultados confiáveis.

Com posse do número do registro do produto junto ao Ministério da Saúde, registro 81826160058, foi realizada consulta a bula do produto, onde foi confirmada a veracidade das informações.

Aproveito para evidenciar que, após análise aos documentos técnicos, o equipamento ofertado pela empresa DIAGPRIME além de atender na íntegra às necessidades do setor requisitante, trará benefícios para o setor, devido ao mesmo realizar a análise química e de sedimentação em um único Aparelho, pois, desta forma, elimina a necessidade de instalação de um segundo equipamento, visto que espaço físico do Laboratório é limitado.

Sendo assim o produto em questão, ofertado pela empresa DIAGPRIME está em conformidade com as normas e atendendo plenamente as especificações do Edital, pois a mesma não sofre interferência das concentrações normais de Ácido Ascórbico.

Solicito o desprovidimento do recurso, e a manutenção do resultado do certame, no que toca a declaração da empresa DIAGPRIME como vencedora do LOTE 11.



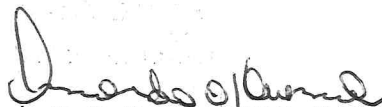
**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA
DE SAÚDE

PROCESSO Nº: 29998/21

RUBRICA:  FOLHA: 15

Atenciosamente,



Amanda O. G. Quima CRBIO: 057849-02D

Bióloga- Responsável técnica do Lab. De Análises Clínicas HMRS

Coordenadora Geral de Laboratórios PMNF

Hospital Municipal Raul Sertão- Rua General Osório 324, Centro -Nova Friburgo -RJ- 28625-630
(22)2524-2300- Ramal Laboratório: 2343

Nova Friburgo, 01 de dezembro de 2021.



De: Secretaria de Saúde – Gestão de Processos

Para: Procuradoria Geral do Município

Considerando o retorno dos autos para este setor de Gestão de Processos com o laudo técnico advindo da Coordenação geral de laboratório com as respostas referentes ao recurso interposto pela empresa PROMOVENDO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Desta forma, encaminhamos os autos para a Procuradoria Geral do Município se manifestar quanto aos aspectos legais.

Após, retorne para prosseguimento.


CÉRES LOURENÇO TEIXEIRA

Gestão de Processos

Mat: 062.195

Processo: 20048/2021

Recorrente: Promovendo Comércio e Representações de Material Laboratorial Ltda.

Recorrida: Diag Prime Comércio e Distribuição de Produtos Científicos Eireli

Assunto: Recurso – Pregão Eletrônico n. 054/2021

Sr. Suprocurador de Processos Administrativos;

Os autos foram encaminhados para análise do recurso impetrado pela recorrente contra a habilitação da recorrida no Pregão Eletrônico n. 054/2021, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de insumos para laboratório para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde.

Em síntese, a recorrente afirma que a recorrida não apresentou o produto com os requisitos descritos no edital, já que são solicitados 10 parâmetros + Ácido Ascórbico (item 146) e o produto ofertado não possui Ácido Ascórbico, requerendo seja declarada inabilitada a empresa recorrida e declarada vencedora a recorrente.

A recorrida *Diag Prime Comércio e Distribuição de Produtos Científicos Eireli* apresentou suas contrapropostas (fls. 06/08), afirmando que a empresa atende plenamente aos requisitos editalícios, uma vez que as tiras Phan possuem 10 áreas reativas mais a proteção do Ácido Ascórbico.

Em manifestação de fls. 09/11 acerca do recurso, a Comissão de Pregão II encaminhou os autos à Secretaria de Saúde para emissão de laudo técnico substanciado, por se tratarem de questões técnicas, na forma que dispõe o item 28.5 do edital, e, após, a esta Procuradoria para análise dos aspectos jurídicos, se houver.

Às fls. 14/16 foi acostado o laudo técnico emitido pela Coordenação Geral de Laboratórios da PMNF, afirmando que, após análise dos documentos técnicos, *“o produto em questão, ofertado pela empresa DIAGPRIME está em conformidade com as normas e atendendo plenamente as especificações do Edital, pois a mesma não sofre interferência das concentrações normais de Ácido Ascórbico”*.

Por fim, a Secretaria de Saúde encaminhou o procedimento a esta Procuradoria para análise jurídica/legal do recurso.

É o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;**
- b) julgamento das propostas;**
- c) anulação ou revogação da licitação;**

- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;
- [...]

§ 4º **O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado,** devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.”

Também assim dispõe Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica:

“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;”

“Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses”.

Por óbvio, também se admite o recurso do licitante contra atos praticados em favor de outro concorrente, como, por exemplo, contra a habilitação de determinado licitante, eis que no contexto da disputa seja de seu interesse a eliminação dos demais concorrentes, cumprindo o pressuposto de interesse recursal.

Verifica-se que o recurso apresentado pela recorrente é aquele previsto no inciso I, chamado pela doutrina de recurso hierárquico, o qual, segundo Diogenes Gasparini, é o “meio adequado para o superior rever o ato, decisão ou comportamento de seu subordinado,

especialmente da comissão de licitação, quando devidamente interposto". (cf. in Direito Administrativo, 13ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008, p. 684).

Conforme dispõe o § 4º do art. 109 da Lei de Licitações e inciso IV do art. 13 acima transcritos, **cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Saúde, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso, cabendo à referida secretaria o julgamento e decisão final.

Salvo melhor juízo, não assiste razão à recorrente, devendo ser mantida a decisão da Comissão de Pregão, pelos fundamentos narrados a seguir.

Como já narrado, a Coordenação Geral de Laboratórios da PMNF emitiu o laudo técnico (fls. 14/16) afirmando que, após análise dos documentos técnicos, *"o produto em questão, ofertado pela empresa DIAGPRIME está em conformidade com as normas e atendendo plenamente as especificações do Edital, pois a mesma não sofre interferência das concentrações normais de Ácido Ascórbico"*.

Se a Secretaria de Saúde, pasta requisitante que detém o conhecimento técnico acerca do objeto a ser licitado, afirma que o produto ofertado pela recorrida está em conformidade com as especificações do edital, está superada a questão, não cabendo a esta assessoria jurídica adentrar no mérito de questão estritamente técnica.

Por todo o exposto, opina-se pelo **desprovemento do recurso, bem como pela remessa do presente à Secretaria Municipal de Saúde para ciência e decisão final.**

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 07 de dezembro de 2021.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 062.773

Visto. De acordo
07/12/21

Ana Paula Bitó Jordão
Procuradora Geral do Município
Mat. 62.004